

Práticas Ambientais como Ferramenta de Controle de Minimização de Impactos Ambientais do Ecoturismo: Informações de Gestores de Agências de Viagem

Álvaro Luis de Melo Machado¹

Suzana Maria De Conto²

Resumo

O ecoturismo consome energia, água e demais recursos; gera resíduos sólidos, emissões atmosféricas e efluentes líquidos e pode causar impactos com diferentes graus de intensidade, exigindo envolvimento de seus agentes em práticas que privilegiem o desenvolvimento ambiental, social e econômico sustentável dos destinos. A dimensão ambiental é contemplada pelos agentes de viagem no planejamento, na implantação e comercialização de um pacote ecoturístico? Que práticas ambientais são desenvolvidas e avaliadas pelos gestores de agências na definição dos destinos ecoturísticos? O estudo pretende examinar as informações de gestores de agências de turismo sobre práticas ambientais contidas na seleção, planejamento e comercialização de pacotes ecoturísticos. Para tal, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória, sendo aplicado questionários a 20 gestores de agências de ecoturismo do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados obtidos com a pesquisa permitem concluir que, em geral, as práticas ambientais não são consideradas critérios para a seleção dos destinos de ecoturismo e que as mesmas não estão presentes, em sua totalidade na formatação e comercialização dos pacotes de ecoturismo.

Palavras-chave: Ecoturismo. Impactos ambientais. Gestores de agências de turismo. Compromisso ambiental de gestores de agências de turismo.

Introdução

Ao analisar ações que busquem incentivar a prática ecoturística, é importante entender que um produto de turismo, mesmo com características sustentáveis, como se imagina uma operação de ecoturismo, exige consumo de energia, de água e demais recursos; gera resíduos sólidos, emissões atmosféricas e efluentes líquidos, podendo

¹ Biólogo, Coordenador do Curso de Turismo das Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, Especialista em Ecologia Social e Educação Ambiental pela ULBRA-RS, Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Contato: Rua Israel Wolf, 301/601, e-mail: alvaromm@faccat.br.

² Engenheira Química, Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora no Centro de Ciências Exatas e Tecnologia e no Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Contato: Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130, 95070-560 – Caxias do Sul-RS; e-mail: smcmande@ucs.br.

causar impactos com diferentes graus de intensidade. Além disso, o ecoturismo necessita, em sua operação, envolvimento de seus agentes em práticas que privilegiem o desenvolvimento ambiental, social e econômico sustentável dos destinos.

Tais desafios são dependentes de corretas práticas ambientais, entendidas como os elementos ligados à sensibilização ambiental dos atores envolvidos no planejamento e execução do turismo e, ao desenvolvimento de programas de educação ambiental, como ferramenta de compreensão dos processos ambientais locais; às práticas de minimização de impactos negativos; à busca por soluções que minimizem o uso de energia e água; à minimização da geração de resíduos; às ações que possibilitem um produto turístico sustentável, em sua relação com os gestores municipais, os agentes de viagem, as comunidades interessadas e os turistas, entre outros.

Tais questões estão presentes nas políticas públicas determinadas pelo Ministério do Meio Ambiente, uma vez que o ecoturismo constitui um importante setor da economia envolvida na prática do turismo, entendendo que “por ser o ambiente natural a principal base de recursos para o seu desenvolvimento, o turismo também está intrinsecamente relacionado às questões ambientais”. (BRASIL, 2004).

O caráter sustentável do ecoturismo

O ecoturismo é visto por Boo (1999, p.33) como “uma forma de conhecer e apreciar o meio ambiente natural” entendendo ser importante “procurar os pontos em comum entre o ecoturismo, a conservação e o desenvolvimento” (BOO, 1999, p. 34). Cabe ressaltar que a proposta de conhecer e apreciar o ambiente natural irá identificar como uma das características do ecoturismo a possibilidade de ação direcionada a suprir tal necessidade, o que deverá ser realizado utilizando práticas ambientais adequadas.

Para Rudzewick (2006, p. 16), o ecoturismo pode ser definido como “uma modalidade de turismo com a proposta de integrar os princípios da sustentabilidade em todas as suas instâncias (ecológica, econômica e sociocultural)”.

Já para Swarbrooke (2000, p. 26) “o ecoturismo talvez não seja, por natureza, mais sustentável que outras formas de turismo”. Talvez, a natureza sustentável do ecoturismo somente esteja presente quando diretamente associada à motivação, tanto do turista que busca a natureza para satisfazer suas necessidades de educação e consciência

ambiental, quanto dos gestores da atividade que buscam transformar em conduta o conhecimento de seus princípios.

A relação do desenvolvimento sustentável com o turismo é vista por Câmara (2006, p. 3) como “uma estratégia competitiva válida para se buscar a integração entre o uso turístico, preservação do ambiente e melhoria das condições de vida de uma localidade, de uma região ou mesmo de um país”.

Para Budeanu (2005) o turismo desenvolvido em pequena escala, como o ecoturismo, “é entendido como mais responsável e benéfico, estando mais apto a incorporar os princípios de sustentabilidade” (p. 92).

Um dos conceitos que busca identificar os princípios do ecoturismo diz respeito à proposta de um turismo alternativo. Ao relacionar ecoturismo como uma forma alternativa de turismo é importante questionar a que o ecoturismo se apresenta como alternativo. Assim, pode-se questionar se o ecoturismo seria uma alternativa ao turismo de massa, ao turismo de natureza ou mesmo ao turismo sustentável.

Para Hintze (2009) o ecoturismo é considerado uma forma de turismo alternativo ao turismo de massa, podendo ser considerado como um turismo de baixo impacto, já que deve “tentar minimizar o impacto ambiental e sociocultural negativo dos turistas”(p.59).

Pires (2002) indica a introdução do componente educacional do ecoturismo como o principal foco do caráter alternativo desse em relação ao turismo convencional. Dessa forma, o ecoturismo deve proporcionar “experiências participativas e esclarecedoras que incentivam uma educação de todas as partes, tanto comunidades locais e o governo, como as organizações não-governamentais, a indústria e os turistas [...]”. (HINTZE, 2009, p.61).

Ainda em relação ao caráter alternativo do ecoturismo, Hintze (2009) indica que se espera do ecoturista uma postura diferente do turista convencional, salientando a necessidade de uma ética ambiental, desejo de não degradar o ambiente visitado, intenção de beneficiar o ambiente natural, expectativa de educação e apreciação e, a busca em minimizar os impactos decorrentes de sua visitação procurando adaptar-se ao meio ambiente. Diante de tais conceitos é importante questionar: o ecoturismo representa uma maneira de viajar diferenciada, um segmento novo com princípios

próprio ou uma prática de relação sustentável entre o visitante e o destino capaz de ser assimilada pelo turismo convencional?

Impactos ambientais e o ecoturismo

Uma das mais importantes questões a serem desenvolvidas, em um projeto de ecoturismo, é saber até quando é possível utilizar uma área natural para o desenvolvimento da atividade. A resposta varia de acordo com as características de cada local e o que se espera desse uso. Porém, a utilização dessas áreas implica o entendimento de alguns conceitos indispensáveis, que garantirão qualidade e responsabilidade ao projeto.

Sendo o turismo uma atividade que causa impacto, é necessário entender a responsabilidade de seus gestores quanto ao uso adequado do patrimônio natural. Por impacto ambiental entende-se, de acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA):

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II – as atividades sociais e econômicas;

III – a biota;

IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V – a qualidade dos recursos ambientais. (BRASIL, 1986).

Para Pires (2006, p. 12), “o turismo exerce impactos sobre o ambiente por ser um grande consumidor de combustíveis, eletricidade, alimentos e outros recursos da água e da terra, gerando significativas quantidades de lixo e de emissões neste mesmo ambiente”.

Para Vieira Filho, Duarte e Souza (2006, p. 5), os impactos do turismo podem ser sentidos de variadas formas. Ao analisar os impactos ambientais do turismo, os autores indicam que a atividade turística pode impactar o ambiente por construção mal planejada, falta de saneamento, poluição das águas, solo e ar por lixo, esgoto, erosões e desmatamentos. Por outro lado, indicam que, devido à importância do meio ambiente na atratividade da localidade, o turismo pode levar ao aumento da consciência ambiental e à conservação e melhoria deste.

A minimização de impactos e a busca da conservação local são possíveis ao pensar o ecoturismo como viagem que deve ocorrer com grupos reduzidos de turistas.

De acordo com Wearing e Neil (2001, p. 10) "para provocar mínimo impacto, é necessário que as eco-excursões operem em pequena escala". Cabe ressaltar, que além de programas com grupos reduzidos, a incorporação de práticas ambientais corretas, é um importante aspecto da sustentabilidade esperada do ecoturismo.

Tais conceitos também estão presentes no pensamento de Pires (2005) ao identificar a operação do ecoturismo voltada ao atendimento de grupos pequenos, utilizando meios de hospedagem com número reduzido de leitos e com foco no atendimento personalizado realizado por empresas de pequeno a médio porte. Esse tipo de operação pode ser mais bem entendido ao identificar-se o ecoturismo como:

uma área especializada do turismo que inclui viagens para áreas naturais, ou áreas onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista envolvido na experiência externa busca uma motivação explícita de satisfazer sua necessidade por educação e consciência ambiental, social e/ou cultural por meio de visita à área e vivência nela (PIRES, 2005, p.484).

O mercado turístico é, portanto, caracterizado por atividades econômicas decorrentes do planejamento, da intermediação e distribuição do produto turístico ao consumidor final. Como o turismo necessita de deslocamento, envolve a “prestação de um significativo conjunto de serviços turísticos de diversos produtores” (REJOWSKI; PERUSSI, 2008, p. 3), entre eles os gestores municipais do turismo, os agentes de viagem, os gestores de áreas naturais e os demais segmentos relacionados à prática turística.

Tal realidade se aplica diretamente aos resultados buscados na organização do produto ecoturístico exigindo dos envolvidos no processo, uma nova postura na captação de clientes e na organização dos destinos de ecoturismo, bem como ações definidas para “[...] atrair a atenção de novos turistas e reter os atuais clientes, pela inovação de suas propostas”. (VALDÉZ, 2003, p. 6).

Sobre tal questão, De Conto (2007) salienta que “não é possível conceber atividades turísticas em municípios que não estejam preparados para evitar, ou minimizar, os impactos ambientais negativos decorrentes dessas atividades”. Tal questão, assim, assume grande importância quando é analisada a estrutura turística de municípios que detêm atratividade para o ecoturismo e a formatação de produtos e atividades realizadas pelos gestores locais.

Cabe salientar que o turismo, sendo uma atividade humana, estará influenciado pelas atitudes e comportamentos aprendidos, assimilados e executados pelos sujeitos envolvidos em seu planejamento e execução e serão tais atitudes que poderão, ou não, proporcionar uma modalidade sustentável de uso do ambiente natural pelo turismo.

Tal questionamento é necessário na organização do produto ecoturístico, uma vez que, ao causar impacto elevado no ambiente natural, a atividade estará correndo riscos de ser prejudicada, já que, ao alterar as características naturais do destino, poderá haver uma perda significativa de interesse dos turistas, refletindo-se negativamente no destino.

O planejamento do turismo e seu constante monitoramento devem ser uma preocupação cotidiana para todos os profissionais interessados em seu desenvolvimento sustentável, incluindo os gestores de agências de viagem, uma vez que, reforçando o pensamento de Sonaglio (2006), Seabra (2003, p. 101) afirma que “a história do turismo, no mundo e no Brasil, é carregada de episódios que evidenciam o desgaste de muitas áreas de atrativos turísticos”.

A atividade turística, assim, deve estar atenta aos impactos originados quando da visitação, buscando meios de minimizá-los, seja no cuidado com o ambiente, com os visitantes ou com a comunidade local. Cabe, assim, questionar qual o papel do agente de viagem na busca de atividades menos impactantes nos destinos ecoturísticos, e na relação dos turistas com os recursos naturais. Também, é possível derivar outras perguntas: Que critérios ambientais são utilizados para planejar, implantar e vender um produto de ecoturismo? Que práticas ambientais apresentam os destinos ecoturísticos? O presente estudo visa analisar as informações de gestores de agências de turismo em relação ao compromisso ambiental das mesmas na minimização de impactos ambientais decorrentes das atividades ecoturísticas.

Método de coleta de dados

A pesquisa realizada pode ser classificada como descritiva, onde procura descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis. Para a coleta de dados foi empregado como instrumento de pesquisa o questionário, composto por perguntas fechadas de escolha simples e abertas.

Como critério de seleção das agências de turismo, foram selecionadas somente as agências que simultaneamente estivessem cadastradas no Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor do turismo (CADASTUR, 2010) e na relação das agências de Ecoturismo e Turismo de Aventura da Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Sul, no ano de 2010. Em pesquisa realizada no cadastro eletrônico de agências de ecoturismo e turismo de aventura, disponível na divisão de planejamento, foi encontrado um universo de apenas 46 agências. Das 46 agências de turismo que comercializam o ecoturismo e que estão cadastradas no estado, apenas 23 fazem parte do Cadastur.

Para validação do instrumento de pesquisa foram realizados três pré-testes, por meio eletrônico, com três gestores de agências que não fizeram parte da pesquisa. O questionário validado foi enviado para 20 agências de turismo, uma vez que três gestores de três agências não desejaram participar da pesquisa. As perguntas estavam relacionadas principalmente a visão do gestor sobre a gestão ambiental do município turístico, educação ambiental, compromisso ambiental da agência e dos destinos, programas de coleta seletiva de resíduos sólidos, programas de controle do uso da água, programas de diminuição do uso de energia elétrica, entre outras.

Informações de gestores de agências de ecoturismo do Rio Grande do Sul

Com relação ao desenvolvimento de programas ou práticas de Educação Ambiental nos destinos ecoturísticos como critério para a comercialização dos mesmos, 55% dos sujeitos indicam que a educação ambiental é um dos critérios para selecionar os destinos a serem comercializados. No entanto 40% dos gestores indicam não ser esse um dos critérios e 5% responderam que nunca pensaram no assunto. Tais respostas merecem uma análise cuidadosa, uma vez que a educação ambiental é um dos pontos principais que compõem a caracterização do ecoturismo, como segmento sustentável.

Assim, é importante e oportuno questionar qual o entendimento dos agentes de viagem de ecoturismo sobre programas ou práticas de educação ambiental, uma vez que deve ser vista como uma prática efetiva do turismo sustentável, que busca construir uma nova atitude na medida em que educa o cidadão mediante programas e projetos

exequíveis. Nesses programas são envolvidos todos os atores do processo turístico, formando agentes capazes de interferir positivamente no ambiente natural e social.

A partir das informações dos sujeitos relacionadas à apresentação de informações sobre o compromisso ambiental da agência e dos destinos comercializados nos meios de divulgação dos pacotes ecoturísticos, apenas 25% dos sujeitos indicam haver tal inclusão nos meios de divulgação, 35% das indicações estão relacionadas a não inclusão do compromisso ambiental na divulgação e em 35% das indicações tais informações estão presentes apenas às vezes. Cabe destacar que as agências têm um papel importante na manutenção dos pacotes comercializados, necessitando demonstrar o seu compromisso ambiental com o turista e com o município que abriga a atividade ecoturística. A informação ambiental, independente do meio de divulgação, precisa ser socializada aos ecoturistas, propiciando que os mesmos tenham a opção ambientalmente correta no momento de planejarem e definirem seus destinos turísticos.

Quanto à existência de programas de coleta seletiva de resíduos sólidos nos destinos ecoturísticos que são comercializados pelas agências, apenas 20% dos gestores indicam haver coleta seletiva de resíduos sólidos nos destinos de ecoturismo comercializados pela agência, 10% indicam não haver tal sistema e 20% responderam nunca haver observado essa situação no município que comercializa seus pacotes. A indicação de 50% dos sujeitos, de que a coleta seletiva de resíduos sólidos, ocorre “em apenas alguns destinos”, comprova a necessidade da análise de tais dados em destinos de ecoturismo. É importante evidenciar que a coleta seletiva de resíduos sólidos é apenas uma das etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de um município, necessitando a contemplação de destino ambientalmente correto desses resíduos (reciclagem, compostagem, aterro sanitário, entre outras técnicas de tratamento) e disposição final dos rejeitos.

Cabe destacar que, contemplar no planejamento de um produto turístico a geração e destino dos resíduos sólidos e disposição final dos rejeitos dos municípios ecoturísticos, é uma responsabilidade de todos os envolvidos no processo turístico. É importante evidenciar que os gestores de agências ao comercializarem os destinos, estão comercializando todas as situações de saneamento básico, incluindo os serviços relacionados a resíduos sólidos, água, esgoto e drenagem urbana. Assim, fica

evidenciada a responsabilidade ambiental das agências (responsabilidade solidária) sobre os destinos turísticos comercializados.

Sobre a existência de programas de controle sobre o uso de água nos destinos ecoturísticos, 40% dos sujeitos afirmam não haver um programa de controle sobre o uso de água nos destinos comercializados, enquanto apenas 5% indicam haver tal programa, 15% indicam que apenas alguns destinos apresentam tal controle e 10% não responderam a pergunta. Cabe destacar que 30% dos gestores informam nunca ter observado tal situação como um fator de promoção do destino.

Relacionar o uso da água com a atividade turística é importante, já que, além do abastecimento da população e dos visitantes, assume importância quanto aos múltiplos usos que possibilita: recreação, esporte e contemplação. Parece, importante, sim, identificar ações que possibilitem o uso correto dos mananciais de água, como produto inserido em um programa turístico e, especialmente, em programas de ecoturismo, buscando seu uso racional, tanto pela comunidade local como pelos turistas.

Quanto à existência de programas de redução do consumo de energia elétrica nos destinos ecoturísticos que são comercializados pelas agências, 45% dos sujeitos indicaram não haver um programa de redução de consumo de energia elétrica nos destinos comercializados. Para 35% dos sujeitos, tal programa ocorre em apenas alguns destinos. Já 20% indicaram que tais programas nunca foram observados, e nenhum sujeito respondeu que tais programas estejam inseridos nos destinos comercializados pela agência.

Cabe questionar: Como um produto que é vendido como sustentável pode desconsiderar o controle do consumo de energia elétrica em seus destinos? Cabe destacar que a questão energética é preocupante no mundo atual, decorrente do crescimento acelerado da população e da produção de bens de consumo. Assim, também os impactos ambientais, decorrentes da geração e uso de energia, necessitam ser contabilizados pelas agências de turismo ao definirem os destinos turísticos.

É importante destacar que os gestores, ao serem questionados sobre ações de redução de impactos nos destinos ecoturísticos, os mesmos se limitam a apontar sobre a sensibilização para a responsabilidade ambiental; a coleta de resíduos sólidos nas trilhas; o envolvimento em campanhas ecológicas municipais, como recolhimento de

pilhas, preservação de nascentes e retirada de espécies exóticas e ao controle no número de passageiros.

Conclusão

O planejamento do turismo e seu constante monitoramento devem ser uma preocupação cotidiana de todos os profissionais interessados em seu desenvolvimento sustentável. Quando concebido, planejado e operacionalizado de forma a internalizar a dimensão ambiental, o turismo colabora com a diminuição dos impactos ambientais nos destinos, propiciando a manutenção da atividade.

Cabe, assim, como sugestão aos gestores públicos e aos gestores de agências de ecoturismo, implantar medidas para mitigar impactos oriundos da atividade turística, como por exemplo: conceber atividades ecoturísticas em destinos que apresentam serviços de saneamento básico (água potável, gerenciamento de resíduos sólidos, coleta e tratamento de esgoto e sistema de drenagem urbana); conceber atividades turísticas que evitem, ou minimizem, os impactos ambientais negativos; formatar produtos de baixo impacto ambiental; monitorar constantemente os impactos gerados pela atividade turística; ser um aliado nas práticas sustentáveis e menos impactantes; organizar produtos que possibilitem, além da minimização de impactos ambientais, a promoção social da comunidade envolvida; sensibilizar os colaboradores da agência de turismo para a responsabilidade ambiental; produtos participar de campanhas ecológicas municipais e, formatar produtos que tenham controle sobre o número de passageiros.

Referências

BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (org.) **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. **Proecotur**. Programa de Apoio ao Ecoturismo e a Sustentabilidade Ambiental do Turismo. Brasília, 2004.

_____. **Resolução CONAMA 1**, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível

em:<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em: 3 ago. 2010.

BUDEANU, Adriana. Impacts and responsibilities for sustainable tourism: a tour operator's perspective. **Journal of cleaner production**, n.13, p. 89-97, 2005.

CADASTUR. **Cadastro dos prestadores de serviços turísticos**. Agência de turismo. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/swfs/index2.jsp>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

CÂMARA, Michele Galdino. **Estratégia ambiental e agências de viagens e turismo: um estudo sobre a importância de práticas ambientais na escolha de um pacote turístico**. 2006. 85 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: <http://btdt.bczm.ufrn.br/tesesimplificado/tde_arquivos/6/TDE-2006-10-03T214445Z-338/Publico/MicheleGC.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2009.

DE CONTO, S.M. Notícias online. Caxias do Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.ucs.br/ucs/noticias/1185416906>>. Acesso em: 8 set. 2010.

HINTZE, Hélio César. Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de educação ambiental ou espetáculo? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 57-100, 2009.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensão do ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.

_____. Entendendo o ecoturismo. In: TRIGO, L.G.G. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 483-494.

_____. As múltiplas facetas e implicações da relação turismo e meio ambiente. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. 4., 2006. Caxias do Sul: UCS. **Anais...** Caxias do Sul, 2006. 1 CD-ROM.

REJOWSKI, Mirian; PERUSSI, Regina. Trajetória das agências de turismo: apontamentos no mundo e no Brasil. In: BRAGA, Debora Cordeiro (Org.). **Agências de viagens e turismo - práticas de mercado**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, p. 3-17, v. 1.

RUDZEWICK, Laura. **Ecoturismo em reservas particulares do patrimônio natural e seu papel na conservação dos ecossistemas brasileiros**. 2006. 179 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – UCS: Caxias do Sul, 2006.

SEABRA, Lilia. Monitoramento participativo do turismo desejável: uma proposta metodológica preliminar. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa (Org.). **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.

SONAGLIO, Kerlei. **A transdisciplinaridade no processo em planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação**. 2006. 226f. Tese (Doutorado em

Engenharia Ambiental) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGEA0266.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2010.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000. v. 1.

VALDÉZ, Jesus Álvarez. **Marketing estratégico e estratégia competitiva de empresas turísticas: um estudo de caso da cadeia turística Sol Meliá**. 2003. 313 f. Tese (Doutorado em Administração) — FEZ/USP, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13102003-081411/>>. Acesso em: 30 jun. 2010.

VIEIRA FILHO, Nélon; DUARTE, Gabriela; SOUZA, Talita. O impacto do turismo sobre a arte e o artesanato em Tiradentes, Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2006. 1 CD-ROM.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole, 2001.